



Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial

1º Semestre de 2019

**CONGLOMERADO PRUDENCIAL****BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018**

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2019	30/06/2018
CIRCULANTE		13.205.793	12.131.062
Disponibilidades	5	3.800	8.343
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	317.024	1.078.240
Aplicações no mercado aberto		310.050	1.072.457
Aplicações em depósitos interfinanceiros		6.974	5.783
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	382.378	477.320
Carteira própria	7.a	2.556	127.235
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	73.946	319.666
Instrumentos financeiros derivativos	7.a / 7.c	251.744	30.378
Vinculados a prestação de garantias	7.a	54.132	41
Relações interfinanceiras		401.997	43.108
Pagamentos e recebimentos a liquidar		26.168	17.197
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		372.159	799
Correspondentes no País		3.670	25.112
Operações de crédito	8	8.608.813	7.556.377
Operações de crédito - setor privado		9.522.611	8.454.256
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(913.798)	(897.879)
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-
Operações de arrendamento a receber		3	144
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	(3)	(144)
Outros créditos		3.122.522	2.578.290
Carteira de câmbio	9.a	37.440	62.779
Rendas a receber		4.859	4.734
Negociação e intermediação de valores	7.c	6.888	7.466
Recebíveis imobiliários	10	1.873	7.958
Títulos e créditos a receber	8 / 11	820.878	775.987
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(123.944)	(78.987)
Diversos	11	2.374.528	1.798.353
Outros valores e bens		369.259	389.384
Outros valores e bens	12.a	390.380	413.138
(Provisão para desvalorização)	12.a	(50.936)	(60.355)
Despesas antecipadas	12.b	29.815	36.601
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		16.511.652	14.083.842
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.227.289	1.243.734
Carteira própria	7.a	719.519	174.254
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	320.422	571.619
Instrumentos financeiros derivativos	7.a / 7.c	-	294.427
Vinculados à prestação de garantias	7.a	187.348	203.434
Operações de crédito	8	11.612.234	9.452.061
Operações de crédito - setor privado		11.959.354	9.781.336
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(347.120)	(329.275)
Outros créditos		3.621.281	3.298.442
Recebíveis imobiliários		3.109	3.376
Títulos e créditos a receber	8 / 11	101.129	76.583
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(35.216)	(18.349)
Diversos	11	3.552.259	3.236.832
Outros valores e bens		50.848	89.605
Despesas antecipadas	12.b	50.848	89.605
PERMANENTE		604.626	567.580
Investimentos		403.062	385.069
Participações em controladas	13.a	401.918	384.690
Outros investimentos	13.b	1.144	379
Imobilizado de uso	14	23.654	26.299
Outras imobilizações de uso		74.729	69.823
(Depreciações acumuladas)		(51.075)	(43.524)
Intangível	15	177.910	156.212
Ativos intangíveis		462.120	399.713
(Amortizações acumuladas)		(284.210)	(243.501)
TOTAL DO ATIVO		30.322.071	26.782.484

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**CONGLOMERADO PRUDENCIAL****BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018**

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Nota explicativa	30/06/2019	30/06/2018
CIRCULANTE		16.040.198	14.490.091
Depósitos	16.a	10.407.528	10.035.748
Depósitos à vista		21.001	21.564
Depósitos interfinanceiros		6.610.027	8.114.843
Depósitos a prazo		3.776.500	1.899.341
Captações no mercado aberto	16.b	611.819	797.710
Carteira própria		301.769	790.957
Carteira de terceiros		310.050	6.000
Carteira livre movimentação		-	753
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	541.793	840.130
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		541.793	840.130
Relações interfinanceiras	17	771.210	780.211
Recebimentos de pagamentos a liquidar		620.434	593.017
Correspondentes no País		150.776	187.194
Relações interdependências		235	588
Recursos em trânsito de terceiros		235	588
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	119.943	105.578
Instrumentos financeiros derivativos		119.943	105.578
Outras obrigações		3.587.670	1.930.126
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		21.988	7.302
Carteira de câmbio	9.a	1.914	-
Sociais e estatutárias		29.087	93.021
Fiscais e previdenciárias	20.a	42.182	29.024
Negociação e intermediação de valores		21.288	10.045
Dívidas subordinadas	18	1.807.680	223.273
Diversas	20.b	1.663.531	1.567.461
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		10.055.311	8.275.972
Depósitos	16.a	8.172.763	5.259.155
Depósitos interfinanceiros		-	48.134
Depósitos a prazo		8.172.763	5.211.021
Captações no mercado aberto	16.b	88.983	98.458
Carteira própria		88.983	98.458
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	1.334.198	615.428
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.334.198	615.428
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	3.315	45.996
Instrumentos financeiros derivativos		3.315	45.996
Outras obrigações		456.052	2.256.935
Sociais e estatutárias		83.639	38.634
Fiscais e previdenciárias	20.a	144.317	86.051
Dívidas subordinadas	18	8.135	1.762.082
Diversas	20.b	219.961	370.168
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		6	43
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.226.556	4.016.378
Capital social:	21	3.653.410	3.653.410
De domiciliados no País		3.327.994	3.284.536
De domiciliados no Exterior		325.416	368.874
Reserva de capital		207.322	207.322
Reserva de lucros		243.295	108.495
Ajustes de avaliação patrimonial		(7.646)	(12.979)
Lucros acumulados		130.175	60.130
TOTAL DO PASSIVO		30.322.071	26.782.484

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**CONGLOMERADO PRUDENCIAL****DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO****PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018**

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	1º Semestre 2019	1º Semestre 2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.796.853	3.580.041
Rendas de operações de crédito	8.g	3.800.758	3.349.310
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.g	276	180
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.h	63.637	78.005
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.g	(72.248)	141.399
Resultado de operação de câmbio	9.b	4.430	11.147
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.713.445)	(1.640.109)
Operações de captação no mercado	16.d	(1.096.185)	(1.036.500)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.c	(617.260)	(603.609)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.083.408	1.939.932
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.776.735)	(1.726.356)
Receitas de prestação de serviços	22	198.506	179.015
Resultado de equivalência patrimonial	13.a	15.141	18.672
Despesas de pessoal	23	(226.269)	(205.911)
Outras despesas administrativas	24	(979.366)	(891.193)
Despesas tributárias	25	(87.280)	(83.784)
Outras receitas operacionais	26.a	175.511	106.645
Outras despesas operacionais	26.b	(872.978)	(849.800)
RESULTADO OPERACIONAL		306.673	213.576
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	27	(22.740)	(4.921)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO E PARTICIPAÇÕES		283.933	208.655
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31.a	(70.119)	(109.891)
Provisão para imposto de renda		(42.066)	(4.875)
Provisão para contribuição social		(25.574)	(4.022)
Ativo fiscal diferido		(2.479)	(100.994)
LUCRO LÍQUIDO		213.814	98.764
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	21.c	(83.639)	(38.634)
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$		0,19	0,09
(Representado por 1.141.806.121 ações em 30/06/2019 e 30/06/2018)			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



CONGLOMERADO PRUDENCIAL

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018**

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.460.732	-	8.915	99.580	(13.403)	-	3.555.824
Recursos para aumento de capital	192.678	207.322	-	-	-	-	400.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	424	-	424
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	98.764	98.764
Destinações:							
Juros sobre o capital próprio provisionados (Nota 21.c)	-	-	-	-	-	(38.634)	(38.634)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	3.653.410	207.322	8.915	99.580	(12.979)	60.130	4.016.378
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	3.653.410	207.322	19.991	223.304	(8.108)	-	4.095.919
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	462	-	462
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	213.814	213.814
Destinações:							
Juros sobre o capital próprio provisionados (Nota 21.c)	-	-	-	-	-	(83.639)	(83.639)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	3.653.410	207.322	19.991	223.304	(7.646)	130.175	4.226.556

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**CONGLOMERADO PRUDENCIAL****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018**
(Em milhares de reais - R\$)

	1º Semestre 2019	1º Semestre 2018
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
LUCRO LÍQUIDO	213.814	98.764
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e amortizações	17.976	14.486
Amortização de ágio	12.163	12.163
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	96.475	111.199
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	(5.175)	(5.600)
Resultado na alienação de outros valores e bens	26.730	9.422
Perda por <i>impairment</i>	1.185	1.113
Equivalência patrimonial	(15.141)	(18.672)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	617.260	603.609
Imposto de renda e contribuição social - diferido	2.479	100.994
Resultado líquido ajustado	967.766	927.478
Variação de Ativos e Passivos:		
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(3.077)	259.069
Redução em títulos e valores mobiliários	343.679	73.213
(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos	(24.449)	(204.507)
(Aumento) em relações interfinanceiras	(354.922)	(87.632)
(Aumento) em operações de crédito	(2.580.560)	(1.223.263)
Redução em operações de arrendamento mercantil	-	176
(Aumento) em outros créditos	(718.354)	(222.770)
(Aumento) em outros valores e bens	(86.576)	(62.828)
Aumento em depósitos	1.852.055	1.548.727
Aumento/(Redução) em captações no mercado aberto	440.615	(695.319)
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	46.301	56.963
Aumento em outras obrigações	130.043	405.815
Aumento/(Redução) em relações interdependências	221	(3.921)
(Redução) em resultado de exercícios futuros	(11)	(49)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(26.225)	(5.540)
CAIXA LÍQUIDO (USADO)/PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(13.494)	765.612
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Alienação de bens não de uso próprio	96.854	84.919
Aquisição de imobilizado de uso	(3.753)	(4.339)
Aumento de intangível	(31.367)	(26.270)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	61.734	54.310
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Emissão de recursos de aceites e emissão de títulos	964.933	220.737
Resgate de recursos de aceites e emissão de títulos	(385.204)	(1.072.739)
Emissão de dívidas subordinadas	8.000	-
Resgate de dívidas subordinadas	(267.500)	(65.964)
Aumento de capital	-	400.000
Juros sobre o capital próprio pagos	(74.325)	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(USADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	245.904	(517.966)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	294.144	301.956
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO (Nota 5)	19.706	166.425
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO (Nota 5)	313.850	468.381
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA		
Juros pagos	(1.018.430)	(1.100.612)
Juros recebidos	4.408.004	4.046.014
Transferência de ativos não de uso próprio	1.674	(1.166)
Ganhos/(Perdas) não realizados em títulos disponíveis para venda	(667)	613

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



1) Contexto Operacional

O Banco PAN S.A. (Banco, PAN ou Instituição), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de empréstimo consignado, cartão de crédito consignado, financiamento de veículos, cartão de crédito institucional e consórcio de veículos e imóveis. Além disso, possui carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário, crédito ao consumidor, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o Banco PAN realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital (Nota 3.g).

Através do acordo de acionistas, o Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. e pela Caixa Econômica Federal, através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A.

Abaixo demonstra-se a composição acionária (em milhares) do Banco PAN em 30/06/2019:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	395.396	60,13	182.266	37,64	577.662	50,58
Caixa Participações S.A.	262.165	39,87	112.732	23,28	374.897	32,83
Mercado	-	-	189.247	39,08	189.247	16,59
Total	657.561	100,00	484.245	100,00	1.141.806	100,00

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco PAN estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), quando aplicável.

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas com disposição da Resolução nº 4.280/13, art. 2º, § 1º que atende a referida resolução as instituições a divulgar suas demonstrações contábeis acompanhadas de notas explicativas; e Circular nº 3.701/14, do BACEN que deve ser observada, integralmente, os critérios de elaboração, divulgação e auditoria de demonstrações contábeis previstos no Cosif.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações contábeis, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;



3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
8. Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
9. CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
10. CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
11. CPC 27 – Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
12. CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16.

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial foram aprovadas pela Diretoria em 26/08/2019.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	30/06/2019	30/06/2018
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00

3) Principais Práticas Contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pró rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela

B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3 S.A.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados nas notas 7c e 7g.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários e gastos na emissão de títulos no Exterior.

O Banco PAN, adotou a partir de 02/01/2015, os critérios de registro contábil das remunerações pagas aos correspondentes bancários, facultados nos termos da Circular do BACEN nº 3.693/13 com alterações posteriores trazidas pela Circular do BACEN nº 3.738/14.

j) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Os bens imobilizados adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.535/16.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágios pagos por rentabilidade futura de investimento, licenças e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

Os bens intangíveis adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.534/16.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

As alíquotas dos tributos, bem como suas bases de cálculo estão detalhadas na Nota Explicativa 31.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma

perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pró rata” dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de Administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

r) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN.

s) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização;
- Provisões – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas, divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

t) Benefício residual em operações securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio.

u) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações contábeis.

v) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes das ações cíveis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos órgãos de Administração. São divididos em:

- i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

**4) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado por Segmento de Negócio****a) Balanço Patrimonial Consolidado:**

Ativo	Financeiro (1)	Consórcio (2)	Securitização (3)	Eliminações (4)	Total
Circulante e realizável a longo prazo	29.632.812	72.655	224.501	(212.523)	29.717.445
Disponibilidades	1.670	177	2.135	(182)	3.800
Aplicações interfinanceiras de liquidez	317.024	9.351	-	(9.351)	317.024
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.609.498	48.406	152.900	(201.137)	1.609.667
Relações interfinanceiras	401.997	-	-	-	401.997
Operações de crédito e de arrendamento mercantil (4)	20.221.047	-	-	-	20.221.047
Outros créditos e outros valores e bens	7.081.576	14.721	69.466	(1.853)	7.163.910
Permanente	870.141	235	1.225	(266.975)	604.626
Total em 30/06/2019	30.502.953	72.890	225.726	(479.498)	30.322.071
Total em 30/06/2018	26.935.578	67.628	227.600	(448.322)	26.782.484

Passivo	Financeiro (1)	Consórcio (2)	Securitização (3)	Eliminações (4)	Total
Circulante e exigível a longo prazo	26.276.391	19.085	12.556	(212.523)	26.095.509
Depósitos	18.781.610	-	-	(201.319)	18.580.291
Captações no mercado aberto	710.153	-	-	(9.351)	700.802
Recursos de emissão de títulos	1.875.991	-	-	-	1.875.991
Relações interfinanceiras e interdependências	771.445	-	-	-	771.445
Instrumentos financeiros derivativos	123.258	-	-	-	123.258
Outras obrigações	4.013.934	19.085	12.556	(1.853)	4.043.722
Resultados de exercícios futuros	6	-	-	-	6
Patrimônio líquido	4.226.556	53.805	213.170	(266.975)	4.226.556
Total em 30/06/2019	30.502.953	72.890	225.726	(479.498)	30.322.071
Total em 30/06/2018	26.935.578	67.628	227.600	(448.322)	26.782.484

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

	Financeiro (1)	Consórcio (2)	Securitização (3)	Eliminações (4)	Total
Receitas da intermediação financeira	3.793.996	1.687	7.404	(6.234)	3.796.853
Despesas da intermediação financeira	(1.719.679)	-	-	6.234	(1.713.445)
Resultado bruto	2.074.317	1.687	7.404	-	2.083.408
Outras receitas/(despesas) operacionais	(1.770.928)	4.151	(3.766)	(6.192)	(1.776.735)
Resultado não operacional	(22.615)	-	(125)	-	(22.740)
Provisão para IR e CSLL	(66.960)	(1.985)	(1.174)	-	(70.119)
Resultado Líquido em 30/06/2019	213.814	3.853	2.339	(6.192)	213.814
Resultado Líquido em 30/06/2018	98.764	1.759	(1.801)	42	98.764

(1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A. e Pan Arrendamento Mercantil S.A.;

(2) Representado pela empresa Pan Administradora de Consórcio Ltda.;

(3) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(4) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes; e

(5) Valores líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**5) Caixa e Equivalentes de Caixa**

	30/06/2019	30/06/2018
Disponibilidades em moeda nacional	2.349	2.388
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.451	5.955
Subtotal (caixa)	3.800	8.343
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	310.050	460.038
Total	313.850	468.381

(1) Inclui as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**a) Composição e prazos:**

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	30/06/2019	30/06/2018
Aplicações no Mercado Aberto:						
Posição Bancada	-	-	-	-	-	1.065.610
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	460.038
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	605.572
Posição Financiada	310.050	-	-	-	310.050	6.043
Letras do Tesouro Nacional - LTN	310.050	-	-	-	310.050	6.043
Posição Vendida	-	-	-	-	-	804
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	804
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	6.974	6.974	5.783
Total em 30/06/2019	310.050	-	-	6.974	317.024	-
Total em 30/06/2018	1.072.457	2.008	3.775	-	-	1.078.240

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	30/06/2019	30/06/2018
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	8.189	27.569
Posição bancada	8.138	20.584
Posição financiada	51	6.742
Posição vendida	-	243
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	119	706
Total (Nota 7.h)	8.308	28.275

7) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 30/06/2019 e em 30/06/2018, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	30/06/2019	30/06/2018
Títulos e valores mobiliários	1.357.923	1.396.249
Carteira própria:	722.075	301.489
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	415
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	277.966	161.014
Letras do Tesouro Nacional – LTN	604	643
Notas do Tesouro Nacional – NTN	443.163	139.075
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	342	342
Vinculados a compromisso de recompra:	394.368	891.285
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	210.105	571.619
Letras do Tesouro Nacional – NTN	-	187.729
Notas do Tesouro Nacional – NTN	184.263	131.937
Vinculados à prestação de garantias:	241.480	203.475
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	241.311	201.004
Certificado de Depósito Bancário – CDB	169	2.471
Instrumentos financeiros derivativos:	251.744	324.805
Diferenciais a receber de <i>swap</i>	251.744	324.026
Opções	-	779
Total	1.609.667	1.721.054



b) Composição por categorias e prazos:

	30/06/2019								30/06/2018	
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1)(2)(3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)(3)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:	-	604	15.438	774	36.610	53.426	53.420	6	26.568	(47)
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	15.438	774	36.610	52.822	52.818	4	22.132	13
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	604	-	-	-	604	602	2	558	1
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	3.878	(61)
Títulos disponíveis para venda:	-	129.688	464.568	82.473	-	676.729	676.832	(103)	915.147	94
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	129.613	464.474	82.473	-	676.560	676.663	(103)	911.505	103
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	756	(9)
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	75	94	-	-	169	169	-	2.886	-
Títulos mantidos até o vencimento:	342	-	266.627	169.934	190.865	627.768	627.768	-	454.534	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	187.814	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	266.627	169.934	190.865	627.426	627.426	-	266.378	-
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	342	-	-	-	-	342	342	-	342	-
Total	342	130.292	746.633	253.181	227.475	1.357.923	1.358.020	(97)	1.396.249	47

(1) Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3 S.A.”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;

(2) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é superior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 24.430 (30/06/2018 - R\$ 9.728); e atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento; e

(3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

**c) Instrumentos financeiros derivativos:**

	30/06/2019				30/06/2018			
	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado
Posição ativa:		251.744	238.024	13.720		324.805	331.226	(6.421)
Swap	3.263.322	251.744	238.024	13.720	4.405.220	324.026	330.185	(6.159)
Opções a exercer	-	-	-	-	1.354.250	779	1.041	(262)
Posição passiva:		(123.258)	(98.175)	(25.083)		(151.574)	(115.837)	(35.737)
Swap	3.263.322	(123.258)	(98.175)	(25.083)	4.405.220	(151.377)	(115.515)	(35.862)
Opções Lançadas	-	-	-	-	1.356.650	(197)	(322)	125
Subtotal		128.486	139.849	(11.363)		173.231	215.389	(42.158)
Contratos futuros:		(3.344)	(3.344)	-		3.091	3.091	-
Posição ativa	16.800.457	6.888	6.888	-	13.331.707	7.466	7.466	-
Posição passiva	16.800.457	(10.232)	(10.232)	-	13.331.707	(4.375)	(4.375)	-
Total		125.142	136.505	(11.363)		176.322	218.480	(42.158)

d) Abertura por vencimento (valor de referência):

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2019	30/06/2018
Swap	576.858	-	52.114	2.595.578	38.772	3.263.322	4.405.220
Dólar x CDI	-	-	52.114	1.087.145	-	1.139.259	1.111.559
CDI x Dólar	-	-	-	-	-	-	1.137
CDI x Pré	576.858	-	-	1.508.433	38.772	2.124.063	3.268.093
Pré x Dólar	-	-	-	-	-	-	24.431
Opções	-	-	-	-	-	-	2.710.900
Compras Opções	-	-	-	-	-	-	1.354.250
Vendas Opções	-	-	-	-	-	-	1.356.650
Contratos futuros	2.480.806	28.859	551.012	5.759.213	7.980.567	16.800.457	13.331.707
DDI	1.916	-	-	7.568	146.373	155.857	205.437
DI	2.478.890	-	551.012	5.751.645	7.834.194	16.615.741	13.083.653
Dólar	-	28.859	-	-	-	28.859	42.617
Total	3.057.664	28.859	603.126	8.354.791	8.019.339	20.063.779	20.447.827

e) Local de negociação e contrapartes:

	30/06/2019	30/06/2018
CETIP (balcão)	3.263.322	4.405.220
B3 S.A. (bolsa)	16.800.457	16.042.607
Total	20.063.779	20.447.827

Contrapartes: Em 30/06/2019 estão assim distribuídas no Banco PAN e Consolidado: B3 S.A. 83,74% e Instituições Financeiras 16,26%.

**f) Hedge Contábil – Valor de Mercado:**

	30/06/2019	30/06/2018
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	2.788.219	2.657.696
Swap - Dólar (1)	1.884.545	1.959.040
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (2)	903.674	698.656
Posição Passiva	(9.316.942)	(7.042.371)
Swap - Taxa Pré - Reais (3)	-	(786.802)
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (3)	(9.316.942)	(6.255.569)
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	7.964.921	5.844.262
Operações de Crédito (3)	7.964.921	5.844.262
Posição Passiva	(2.699.990)	(2.495.629)
Dívidas Subordinadas no Exterior (1)	(1.806.841)	(1.806.986)
Certificados de depósitos a prazo (2)	(893.149)	(688.643)

(1) Utilizado como proteção da operação de captação no Exterior;

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo; e

(3) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado e Veículos.**g) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:**

	30/06/2019			30/06/2018		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	431.740	(425.398)	6.342	514.397	(308.293)	206.104
Opções	1.722	(1.297)	425	327	(1.481)	(1.154)
Futuro	635.009	(714.024)	(79.015)	976.571	(1.040.122)	(63.551)
Total	1.068.471	(1.140.719)	(72.248)	1.491.295	(1.349.896)	141.399

h) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	30/06/2019	30/06/2018
Títulos de renda fixa	55.329	49.730
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.b)	8.308	28.275
Total	63.637	78.005

**8) Operações de Crédito****a) Composição da carteira por tipo de operação:**

	30/06/2019		30/06/2018	
	Valor	%	Valor	%
Consignado (1)	9.501.678	42,74	7.482.976	39,16
Veículos (1)	7.786.375	35,03	6.242.613	32,67
Financiamento cartões de crédito (2)	1.870.614	8,41	1.619.136	8,47
Conta garantida	911.948	4,11	639.151	3,34
Empréstimos com garantia imobiliária	337.636	1,52	473.397	2,48
Capital de giro	203.451	0,92	614.672	3,22
Créditos vinculados à cessão (3)	214.021	0,96	397.810	2,08
Financiamentos habitacionais	247.169	1,11	320.873	1,68
Financiamentos à exportação	106.256	0,48	236.300	1,24
Renegociações	90.679	0,41	106.416	0,56
Empreendimentos imobiliários	7.724	0,03	69.270	0,36
Crédito pessoal	113	-	330	-
Operações de arrendamento mercantil (4)	3	-	144	-
Total das operações de crédito	21.277.667	95,72	18.203.088	95,25
Outros créditos (5)	922.007	4,14	852.570	4,46
ACC e rendas a receber (6)	31.318	0,14	55.437	0,29
Subtotal	22.230.992	100,00	19.111.095	100,00
(+/-) Ajuste ao valor de mercado (1)	204.301	-	32.648	-
Total	22.435.293	-	19.143.743	-

(1) Contemplam contratos que são objeto de *hedge* contábil (Nota 7.f);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Operações de créditos consignados cedidos com retenção substancial de risco e benefícios (Nota 8.fII);

(4) Registrado a valor presente;

(5) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(6) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

b) Faixas de vencimentos e níveis de risco:

Níveis de risco											
Operações em curso anormal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 30/06/2019	Total em 30/06/2018
Parcelas Vincendas	-	1.264.003	539.753	464.999	229.688	123.778	107.717	69.682	347.680	3.147.300	2.663.556
01 a 30	-	51.532	24.420	21.479	14.509	6.213	7.410	3.453	15.663	144.679	103.765
31 a 60	-	50.079	23.334	19.421	10.116	5.606	5.898	3.099	13.883	131.436	123.048
61 a 90	-	43.881	21.836	18.841	9.475	5.459	5.188	3.056	13.556	121.292	104.128
91 a 180	-	135.295	61.969	54.397	30.358	15.585	16.162	8.694	43.459	365.919	306.931
181 a 365	-	235.060	106.575	93.331	51.233	26.250	22.128	14.651	66.165	615.392	525.446
Acima de 365	-	748.156	301.620	257.530	113.997	64.665	50.931	36.729	194.954	1.768.582	1.500.238
Parcelas Vencidas	-	76.930	125.383	69.394	112.180	55.346	98.841	75.484	541.921	1.155.479	1.394.179
01 a 14	-	66.558	5.011	10.758	5.939	2.915	3.013	2.037	7.769	104.000	83.153
15 a 30	-	10.372	113.416	9.963	5.544	3.090	2.983	1.733	16.981	164.082	236.625
31 a 60	-	-	6.956	41.585	11.697	6.187	19.508	3.561	16.746	106.240	225.203
61 a 90	-	-	-	5.310	79.249	6.598	7.532	4.053	16.948	119.690	105.058
91 a 180	-	-	-	1.778	5.668	29.663	36.958	31.973	88.368	194.408	247.843
181 a 365	-	-	-	-	-	1.751	2.980	3.279	224.410	232.420	260.110
Acima 365	-	-	-	-	4.083	5.142	25.867	28.848	170.699	234.639	236.187
Subtotal	-	1.340.933	665.136	534.393	341.868	179.124	206.558	145.166	889.601	4.302.779	4.057.735
Provisão Requerida	-	6.705	6.651	16.032	34.187	53.737	103.279	101.616	889.601	1.211.808	1.160.048



	Níveis de risco										Total em 30/06/2019	Total em 30/06/2018
	Operações em curso normal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	953	17.588.010	91.072	48.536	17.387	16.157	77.435	53.334	35.329	17.928.213	15.053.360	
01 a 30	953	2.257.922	14.379	7.072	1.807	421	380	9.328	8.664	2.300.926	1.956.079	
31 a 60	-	594.524	8.186	1.587	1.533	384	302	283	1.158	607.957	566.060	
61 a 90	-	564.229	7.371	1.905	998	359	8.171	302	1.174	584.509	522.984	
91 a 180	-	1.506.267	15.653	5.789	5.417	3.666	2.637	34.869	10.619	1.584.917	1.392.947	
181 a 365	-	2.500.361	18.971	9.336	2.817	1.899	20.500	1.136	2.983	2.558.003	2.257.609	
Acima de 365	-	10.164.707	26.512	22.847	4.815	9.428	45.445	7.416	10.731	10.291.901	8.357.681	
Subtotal	953	17.588.010	91.072	48.536	17.387	16.157	77.435	53.334	35.329	17.928.213	15.053.360	
Provisão Requerida	-	87.940	911	1.456	1.739	4.847	38.717	37.334	35.329	208.273	164.586	
Total (1)	953	18.928.943	756.208	582.929	359.255	195.281	283.993	198.500	924.930	22.230.992	19.111.095	
Total Provisão	-	94.645	7.562	17.488	35.926	58.584	141.996	138.950	924.930	1.420.081	1.324.634	

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8.a).

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (1):

	30/06/2019	30/06/2018
Saldo do início do período	1.432.584	1.266.083
Constituição/reversão de provisão	617.260	603.609
Baixas contra a provisão	(559.747)	(471.642)
Saldo do fim do período	1.490.097	1.398.050

Créditos recuperados (2)	123.726	103.270
Efeito no resultado (3)	(493.534)	(500.339)

(1) Inclui: (i) outros créditos com características de operações de crédito; (ii) operações de câmbio; (iii) outros créditos sem características de crédito (Nota 11);

(2) No semestre findo em 30/06/2019, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 123.726 (sendo R\$ 119.849 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 303 de recuperação de operação de arrendamento mercantil, R\$ 3.574 de recuperação de crédito na Brazilian Finance & Real State); e

(3) Despesa de provisão constituída, deduzido a receita de créditos recuperados.

d) Classificação por setor de atividade:

	30/06/2019		30/06/2018	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	20.580.205	92,58	16.985.208	88,88
Serviços	1.219.599	5,47	1.473.006	7,71
Construção e Incorporação	393.785	1,75	738.025	3,86
Outros Serviços	498.371	2,24	424.420	2,22
Financeiros	225.264	1,01	175.279	0,92
Transporte e Logística	39.223	0,18	85.642	0,45
Utilitários	55.182	0,25	31.908	0,17
Mídia, TI e Telecom	6.037	0,03	4.388	0,02
Locação de Veículos	1.634	0,01	12.631	0,07
Saúde, Segurança e Educação	103	-	713	-
Comércio	301.924	1,36	312.743	1,64
Atacado e Varejo	301.924	1,36	312.743	1,64
Indústrias de Base	61.637	0,28	173.856	0,91
Papel e Celulose	32.887	0,15	67.906	0,36
Outras Indústrias	6.782	0,03	67.048	0,35
Têxtil	15.300	0,07	18.514	0,10
Autopeças	-	-	12.072	0,06
Indústria Química	6.668	0,03	8.316	0,04
Agroindústria	67.627	0,31	166.282	0,87
Açúcar e Etanol	40.982	0,19	96.538	0,51
Agronegócio e Proteína animal	26.645	0,12	69.744	0,36
Total (1)	22.230.992	100,00	19.111.095	100,00

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8.a)

e) Concentração das operações de crédito:

Maiores Devedores	30/06/2019		30/06/2018	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	462.438	2,08	410.014	2,15
50 seguintes maiores devedores	693.759	3,12	816.038	4,27
100 seguintes maiores devedores	339.722	1,53	558.367	2,92
Demais devedores	20.735.073	93,27	17.326.676	90,66
Total	22.230.992	100,00	19.111.095	100,00

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:

Nos semestres findos em 30/06/2019 e 30/06/2018, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2019			30/06/2018		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Consignado	2.608.120	1.946.425	661.695	3.603.620	2.782.853	820.767
Total (Nota 8.g)	2.608.120	1.946.425	661.695	3.603.620	2.782.853	820.767

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito" (Nota 8g)

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:

Cessão após a Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam R\$ 214.021, no Banco PAN e Consolidado (R\$ 397.810 em 30/06/2018), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 283.053 (R\$ 534.330 em 30/06/2018) (Nota 20.b).

g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	30/06/2019	30/06/2018
Lucro nas cessões de crédito (Nota 8.f)	661.695	820.767
Prêmio de performance das cessões (1)	463.253	342.565
Consignado	1.078.880	865.016
Veículos	900.178	774.300
Cartão de crédito	375.639	358.261
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	120.151	98.582
Capital de giro/Conta Garantida	69.579	85.723
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	29.729	42.299
Financiamento à exportação	10.826	47.052
Renegociações	9.189	10.646
Habitacionais	6.248	7.714
Rendas de empreendimentos imobiliários	549	2.464
Outras	20	224
Ajuste a valor de mercado – Carteira Varejo (2)	75.098	(106.123)
Total	3.801.034	3.349.490

(1) Reclasseificamos de "Lucro nas cessões de crédito" para "prêmio de performance das cessões"; e

(2) Marcação a mercado de *hedge* contábil sobre os créditos de varejo: consignado e veículos.

**9) Carteira de Câmbio****a) Saldos patrimoniais:**

	30/06/2019	30/06/2018
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	26.122	51.097
Rendas a receber	11.318	11.682
Total do Ativo	37.440	62.779
Passivo – Outras Obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	21.914	43.755
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(20.000)	(43.755)
Total do Passivo	1.914	-

b) Resultado de operação de câmbio:

	30/06/2019	30/06/2018
Rendas de financiamento à exportação	15.276	28.399
Variação cambial	(10.846)	(17.252)
Total	4.430	11.147

10) Recebíveis Imobiliários

	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	30/06/2019	30/06/2018
Cédula de Crédito Imobiliário	15/11/2034	INCC/IGPM /POUPANÇA/CDI e sem correção monetária	0 até 20,05	4.982	7.681
Tranches 95 e 96 (1)	01/05/2023	TR	8,65	-	3.653
Total				4.982	11.334

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

11) Outros Créditos – Diversos

	30/06/2019	30/06/2018
Créditos tributários (Nota 31.b)	2.904.747	3.017.525
Valores a receber por cessão de créditos	2.382.519	1.259.113
Títulos e créditos a receber (1)	922.007	852.570
Depósitos judiciais e fiscais	220.633	261.033
Impostos e contribuições a compensar	275.389	235.226
Valores a receber de empréstimos consignados (2)	42.417	101.896
Valores a receber de sociedades ligadas	19.383	40.444
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	5.505	8.173
Benefício residual em operações securitizadas (3)	5.512	9.254
Adiantamentos e antecipações salariais	881	848
Outros (4)	69.801	101.673
Total	6.848.794	5.887.755

(1) Inclui: (i) valores a receber relativos a transações de pagamento com cartão de crédito no montante de R\$ 648.808 (R\$ 618.610 em 30/06/2018); e (ii) títulos de créditos a receber com característica de concessão de crédito no montante de R\$ 272.246 no Banco e R\$ 273.199 no Consolidado (R\$ 232.256 no Banco e R\$ 233.960 no Consolidado em 30/06/2018);

(2) Refere-se basicamente a: (i) valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 30/06/2019 é de R\$ 55.434 (R\$ 71.444 em 30/06/2018) (Nota 8.c);

(3) Refere-se a operações oriundas da Brazilian Securities Companhia de Securitização; e

(4) Inclui provisão sobre outros créditos sem características de crédito, no montante de R\$ 14.582 (R\$ 1.972 em 30/06/2018) (Nota 8.c).



12) Outros Valores e Bens

a) Bens não de uso próprio e outros:

Valor Residual	Custo	Provisão para perdas	30/06/2019	30/06/2018
	390.052	(50.936)	339.116	352.484
Imóveis	360.173	(41.500)	318.673	327.307
Veículos	29.879	(9.436)	20.443	25.177
Outros	328	-	328	299
Total	390.380	(50.936)	339.444	352.783

b) Despesas Antecipadas:

	Banco	
	30/06/2019	30/06/2018
Comissões pagas a correspondentes bancários (1)	-	56.973
Serviços do sistema financeiro	54.021	44.588
Processamento de dados	6.200	8.271
Gastos na emissão de títulos no Exterior	1.138	2.656
Outras	19.304	13.718
Total	80.663	126.206

(1) No 2º trimestre de 2019 o PAN antecipou despesas relativas ao estoque de comissões sobre operações originadas que estavam sendo diferidas amparadas pela Circular 3.738 do BACEN.



13) Investimentos

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)			Participação no capital social	Resultado Ajustado	Saldo dos Investimentos			Ajuste decorrente de avaliação (1)	
											Semestre findo em	
			ON	PN	Cotas			%	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (2)	107.662	178.504	0,2	0,5	-	100,00	7.193	178.504	166.098	7.193	6.963	
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (2) (3)	179.864	223.414	-	-	179.864	100,00	7.948	223.414	218.592	7.948	11.709	
Total								401.918	384.690	15.141	18.672	

(1) Considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Empresas que tiveram suas demonstrações contábeis do semestre findo em 30/06/2019 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;

(3) O valor contábil dos respectivos investimentos contém o ágio na aquisição já líquido de amortização para BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. no montante de R\$ 1.939; e

**b) Outros Investimentos:**

Banco e Consolidado	30/06/2019	30/06/2018
Central de Registros de Títulos e Ativos (Certa) (1)	765	-
Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP)	379	379
Total	1.144	379

(1) Investimento adquirido em 12/2018.

14) Imobilizado**a) Os ativos imobilizados são compostos por:**

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				30/06/2019	30/06/2018
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	42.392	(29.152)	13.240	16.695
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.791	(1.025)	766	1.024
Sistemas de processamento de dados	20%	30.546	(20.898)	9.648	8.580
Total em 30/06/2019		74.729	(51.075)	23.654	-
Total em 30/06/2018		69.823	(43.524)	-	26.299

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2018	14.405	891	8.797	24.093
Aquisições	1.089	9	2.655	3.753
Depreciação	(2.254)	(134)	(1.804)	(4.192)
Saldo em 30/06/2019	13.240	766	9.648	23.654

15) Intangível**a) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:**

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				30/06/2019	30/06/2018
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	218.852	(115.950)	102.902	56.877
Ágio	10%	243.268	(168.260)	75.008	99.335
Total em 30/06/2019		462.120	(284.210)	177.910	-
Total em 30/06/2018		399.713	(243.501)	-	156.212

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2018	85.514	87.171	172.685
Adições	31.367	-	31.367
Baixas	(195)	-	(195)
Amortização	(13.784)	(12.163)	(25.947)
Saldo em 30/06/2019	102.902	75.008	177.910

16) Depósitos, Captações no Mercado Aberto e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Depósitos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2019	30/06/2018
Depósitos à vista (1)	21.001	-	-	-	-	21.001	21.564
Depósitos interfinanceiros	6.219.542	375.107	12.517	2.861	-	6.610.027	8.162.977
Depósitos a prazo (2)	532.821	671.142	741.682	1.830.855	8.172.763	11.949.263	7.110.362
Total em 30/06/2019	6.773.364	1.046.249	754.199	1.833.716	8.172.763	18.580.291	-
Total em 30/06/2018	8.045.248	547.514	411.258	1.031.728	5.259.155	-	15.294.903

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro; e

(2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 7.f).

b) Captações no mercado aberto:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria	294.435	-	-	7.334	88.983	390.752	889.415
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	192.815
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	104.403	-	-	7.334	88.983	200.720	563.091
Notas do Tesouro Nacional – NTN	190.032	-	-	-	-	190.032	133.509
Carteira de Terceiros	310.050	-	-	-	-	310.050	6.000
Notas do Tesouro Nacional – NTN	310.050	-	-	-	-	310.050	6.000
Carteira Livre Movimentação	-	-	-	-	-	-	753
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	753
Total em 30/06/2019	604.485	-	-	7.334	88.983	700.802	-
Total em 30/06/2018	797.710	-	-	-	98.458	-	896.168

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2019	30/06/2018
Certificado de Recebíveis Imobiliários -CRI	-	-	-	-	-	-	4.043
Letras Financeiras – LF	343	7.191	-	33.092	1.277.721	1.318.347	449.540
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	2.494	402	276	1.785	539	5.496	79.676
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	204.679	82.156	101.598	107.777	55.938	552.148	922.299
Total em 30/06/2019	207.516	89.749	101.874	142.654	1.334.198	1.875.991	-
Total em 30/06/2018	161.379	135.565	285.326	257.860	615.428	-	1.455.558

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	30/06/2019	30/06/2018
Depósitos a prazo	660.935	351.846
Depósitos interfinanceiros	249.262	271.976
Títulos e valores mobiliários no Exterior e dívidas subordinadas	86.047	79.453
Captações no Exterior – Dívida subordinada (Nota 18)	36.871	(31.979)
Letras financeiras	34.534	30.380
Variação cambial	(19.459)	250.231
Créditos cedidos com retenção de risco	17.079	15.230
Letras de crédito imobiliário	16.086	33.527
Operações compromissadas	8.063	28.129
Contribuições ao fundo garantidor de créditos	6.604	5.143
Letras de crédito do agronegócio	163	2.564
Total	1.096.185	1.036.500

**17) Relações Interfinanceiras**

	30/06/2019	30/06/2018
Recebimentos e pagamentos a liquidar	620.434	593.017
Correspondentes no País (1)	150.776	187.194
Total	771.210	780.211

(1) Referem-se a recebimentos de parcelas relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito. São representados por: crédito direto ao consumidor, crédito consignado e crédito imobiliário.

18) Dívidas Subordinadas

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Valor da Operação	30/06/2019	30/06/2018
No Exterior:		
(1) US\$ 456.792	1.806.841	1.806.986
No País:		
(2) R\$ 100.00	-	177.586
(3) R\$ 500	844	783
(4) R\$ 8.000	8.130	-
Total	1.815.815	1.985.355

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 36.871 no semestre findo em 30/06/2019 (receita de R\$ 31.979 no semestre findo em 30/06/2018). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Nota 7.f);

(2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 e liquidadas em 05/04/2019;

(3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 com vencimento em 14/10/2019; e

(4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 18/04/2019 com vencimento em 16/04/2027.

19) Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)**Provisões:**

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para todos os processos cíveis e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são conduzidos por advogados externos especializados e geridos individualmente por meio de sistema informatizado.

As ações trabalhistas, embora contem com a condução e avaliação de advogados externos especializados, são provisionadas de acordo com o histórico de perdas de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos 12 ou 24 meses dependendo do tipo de autor.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar e ou de fazer, referente às ações indenizatórias, revisionais e tarifas.

As ações cíveis, geridas por meio de sistema informatizado, são divididas em dois grupos:

1) ações massificadas

Na metodologia utilizada para o cálculo da provisão cível nas ações massificadas, antes das decisões, é aplicado um modelo estatístico que calcula o *ticket* médio de perda de todas as ações encerradas nos últimos 12 meses por *cluster*, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

2) ações cíveis estratégicas

A provisão é constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos especialistas jurídicos internos, escritórios jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

I. Provisões segregadas por natureza:

	30/06/2019	30/06/2018
Processos cíveis	323.030	283.725
Processos trabalhistas	217.446	355.626
Processos tributários	48.849	24.399
Total (Nota 20.b)	589.325	663.750

II. Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2018	290.594	282.387	27.341	600.322
Baixas/correção	(57.814)	(49.491)	(167)	(107.472)
Constituições líquidas de reversões	90.250	(15.450)	21.675	96.475
Saldo em 30/06/2019	323.030	217.446	48.849	589.325

I. Passivos contingentes classificados como perda possível:

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.167. Julgado o Recurso Voluntário, o Pan apresentou embargos de declaração ao caso, do qual aguarda-se julgamento.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.477. Dois Autos de Infração encontram-se sobrestados a pedido do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e o terceiro aguarda o resultado da diligência, para que ocorra o julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 43.656. A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto

ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A Municipalidade ajuizou execução fiscal e a empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo, julgada parcialmente procedente em 2ª instância. Atualmente aguarda decisão dos embargos de declaração.

No 4º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco PAN S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 6.077, e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de *swap* da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante principal, não atualizado e multa totalizou R\$ 3.320. Ambos os casos se encontram no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo que o primeiro foi julgado parcialmente procedente, no que ensejou a interposição dos embargos de declaração pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do qual aguarda-se decisão, para que então o Banco PAN S.A. possa apresentar os recursos de embargos de declaração e Revista à Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O segundo encontra-se sobrestado a pedido do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 4º trimestre de 2016, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente a suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias dos valores auferidos a título de participação nos lucros ou resultados dos empregados do Banco PAN no período de janeiro a outubro de 2012, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 3.099. O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

No 4º trimestre de 2017, foram lavrados três Autos de Infração ao Banco PAN S.A. pela Receita Federal do Brasil, por meio dos quais foram constituídos créditos tributários (i) de natureza previdenciária, essencialmente sobre participação nos lucros ou resultados dos empregados distribuídos no ano-calendário de 2013; (ii) de IRRF sobre suposto ganho de capital na aquisição de participação societária no exterior em 2013; e (iii) de imposto de renda e contribuição social relativos ao ano base de 2012. O montante total destes casos, acrescidos de multa e juros de mora é de R\$ 111.411. O primeiro caso, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais julgou o Recurso Voluntário como improcedente, motivo pelo qual ensejou a apresentação dos embargos de declaração. O segundo caso, aguarda o julgamento do Recurso Voluntário no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, e o terceiro, foi apresentada impugnação administrativa, e aguarda julgamento na Delegacia de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

20) Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias:

	30/06/2019	30/06/2018
COFINS a recolher	14.354	6.861
Impostos e contribuições sobre salários	10.995	8.955
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	40.895	7.380
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	7.278	6.777
PIS a recolher	2.341	1.126
ISS a recolher	1.411	1.232
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	121	400
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 31.b/e)	109.104	82.344
Total	186.499	115.075

b) Diversas:

	30/06/2019	30/06/2018
Provisão para pagamentos a efetuar	791.032	579.781
Provisões cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 19)	589.325	663.750
Cessão com retenção de riscos (1)	283.053	534.330
Arrecadação de cobrança	102.014	83.613
Operações com cartão de crédito	41.408	19.052
Valores a pagar a sociedades ligadas	9.237	7.320
Valores específicos de consórcio	9.238	7.849
Outros	58.185	41.934
Total	1.883.492	1.937.629

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial dos riscos e benefícios (Nota 8.f - II).

21) Patrimônio Líquido

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.653.410 em 30/06/2019 e 30/06/2018. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal, conforme descrito no quadro abaixo:

	30/06/2019	30/06/2018
Ordinárias	657.560.635	657.560.635
Preferenciais	484.245.486	484.245.486
Total	1.141.806.121	1.141.806.121

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

c) Juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.



A seguir demonstra-se o cálculo de juros sobre o capital próprio.

	30/06/2019	% (1)	30/06/2018	% (1)
Lucro líquido antes da reserva legal	213.814		98.764	
(-) Reserva Legal	(10.691)		(4.938)	
Base de cálculo	203.123		93.827	
Juros sobre o capital próprio (bruto)	83.639	41,2%	38.634	41,2%
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(12.546)		(5.795)	
Juros sobre o capital próprio (líquido)	71.093	35,0%	32.839	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

22) Receitas de Prestação de Serviços

	30/06/2019	30/06/2018
Operações de crédito	94.090	74.735
Rendas de cartão	57.761	62.462
Rendas de intermediação de negócios	27.015	21.548
Administração de consórcios	13.836	13.931
Outras	5.804	6.339
Total	198.506	179.015

23) Despesas de Pessoal

	30/06/2019	30/06/2018
Proventos	135.213	131.609
Encargos sociais	41.196	36.597
Benefícios (Nota 30)	34.244	30.132
Honorários (Nota 28.b)	12.507	6.302
Outros	3.109	1.271
Total	226.269	205.911

24) Outras Despesas Administrativas

	30/06/2019	30/06/2018
Comissões pagas a correspondentes bancários	542.535	469.757
Serviços de terceiros	150.498	145.967
Processamentos de dados	95.901	87.416
Serviços do sistema financeiro	64.973	66.408
Aluguéis	25.322	20.179
Comunicações	22.979	23.132
Depreciação e amortização	17.976	14.486
Propaganda, promoções e publicidade	15.279	14.613
Despesas com busca e apreensão de bens	15.464	14.349
Transporte	2.624	2.308
Manutenção e conservação de bens	2.844	2.661
Taxas e emolumentos	3.260	2.593
Viagens	2.510	1.030
Água, energia e gás	1.376	1.097
Materiais de consumo	800	602
Outras	15.025	24.595
Total	979.366	891.193

**25) Despesas Tributárias**

	30/06/2019	30/06/2018
Contribuição à COFINS	64.598	62.221
Contribuição ao PIS	10.555	10.168
Imposto sobre serviços	8.675	7.543
Impostos e taxas	3.452	3.852
Total	87.280	83.784

26) Outras Receitas e Despesas Operacionais**a) Outras receitas operacionais:**

	30/06/2019	30/06/2018
Recuperação de encargos e despesas (1)	138.309	76.497
Reversão de provisões	5.854	1.990
Variação monetária ativa / cambial	27.307	19.486
Benefício residual em operações securitizadas	1.005	956
Outras	3.036	7.716
Total	175.511	106.645

(1) Contempla recuperação de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas de comissões.

b) Outras despesas operacionais:

	30/06/2019	30/06/2018
Cessão de operações de crédito	684.605	621.226
Constituição de provisões	101.285	128.783
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	26.329	23.154
Descontos concedidos	20.008	17.479
Amortização de ágio (Nota 15)	12.163	12.163
Gravames	11.736	8.945
Variação monetária passiva / cambial	8.769	20.765
Outras	8.083	17.285
Total	872.978	849.800

27) Resultado Não Operacional

	30/06/2019	30/06/2018
Resultado na alienação de outros valores e bens	(26.730)	(9.422)
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	5.175	5.600
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	(1.185)	(1.113)
Outros	-	14
Total	(22.740)	(4.921)

**28) Saldos e Transações com Partes Relacionadas**

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas

	Prazo máximo	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades (a)		600	156	-	-
Caixa Econômica Federal	01/07/2019	600	156	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)		310.050	460.038	8.070	8.755
Banco BTG Pactual S.A.	01/07/2019	310.050	-	7.715	8.148
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	-	460.038	355	607
Cessão de crédito (c)		2.116.071	1.259.113	463.253	342.565
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	2.116.071	1.259.113	463.253	342.565
Outros créditos		22.040	8.339	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	12.729	-	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	5.291	3.975	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	3.999	4.340	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	21	24	-	-
Depósitos à vista (d)		(571)	(367)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(343)	(332)	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(221)	(33)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	(3)	(1)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(4)	(1)	-	-
Depósitos interfinanceiros (e)		(6.146.721)	(7.885.075)	(236.130)	(265.249)
Banco BTG Pactual S.A.	01/07/2019	(130.022)	(65.005)	(4.112)	(1.615)
Caixa Econômica Federal	23/07/2019	(6.016.699)	(7.820.070)	(232.018)	(263.634)
Depósitos a prazo (f)		(182.977)	(174.761)	(5.560)	(5.087)
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	30/05/2022	(6.539)	(14.708)	(244)	(661)
Banco BTG Pactual S.A.	27/06/2023	(48.168)	(33.112)	(1.537)	(1.127)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	04/06/2021	(28.530)	(3.998)	(827)	(210)
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	04/06/2021	(96.679)	(120.752)	(2.858)	(3.025)
Pessoal chave da Administração	10/05/2023	(3.061)	(2.191)	(94)	(64)
Obrigações por operações compromissadas		(500.082)	-	(3.134)	(1.184)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(2.823)	(972)
Caixa Econômica Federal	01/07/2019	(500.082)	-	(311)	(212)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (g)		(242.214)	(29.292)	(2.091)	(1.251)
Banco BTG Pactual S.A.	02/03/2022	(238.829)	(24.477)	(1.993)	(1.109)
Pessoal chave da Administração	05/05/2020	(3.385)	(4.815)	(98)	(142)
Instrumentos financeiros derivativos (h)		138.043	103.044	2.393	(130.089)
Banco BTG Pactual S.A.	01/07/2020	138.043	103.044	2.393	(130.089)
Outras obrigações		(9.232)	(7.312)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(8.472)	(6.621)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(760)	(691)	-	-



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial

Receita de prestação de serviços (i)	-	-	27.539	22.946
,Too Seguros S.A.	-	-	26.872	21.432
Caixa Econômica Federal	-	-	667	1.514
Despesa de Pessoal	-	-	(130)	(140)
,Too Seguros S.A..	-	-	(130)	(140)
Outras despesas administrativas	-	-	(12.196)	(14.045)
,Too Seguros S.A.	-	-	(2.846)	(3.114)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(1.508)	(1.197)
BTG Pactual Corretora	-	-	(53)	(80)
Tecban S.A.	-	-	(358)	(750)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	(7.431)	(8.904)
Resultado obtido na cessão de crédito	-	-	357.610	595.659
Caixa Econômica Federal	-	-	297.568	595.659
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	60.042	-

(a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Securities Companhia de Securitização, BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(e) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(f) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;

(g) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 104,04% do CDI;

(h) Referem-se às operações de swap; e

(i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros.

b) Remuneração dos Administradores:

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22/5/2019, foi aprovado o montante global máximo da remuneração dos Administradores do Conglomerado PAN, referente ao exercício de 2019, independente do ano em que os valores forem pagos, no valor de R\$ 25.385 (R\$ 22.423 no exercício de 2018).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	30/06/2019	30/06/2018
Despesas de honorários (Nota 23)	12.507	6.302
Contribuição ao INSS	2.814	1.418
Total	15.321	7.720

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme disposto na legislação em vigor, o PAN realiza operações de crédito para pessoas consideradas partes relacionadas, somente com condições compatíveis de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e para esses possui critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis, sem que haja benefícios adicionais ou diferenciados às operações realizadas junto aos demais clientes de mesmo perfil.

29) Instrumentos Financeiros

• Gestão de Riscos

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• Gestão do Capital

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O Banco PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	30/06/2019	30/06/2018
Patrimônio de referência nível I	2.416.519	2.076.352
Capital Principal	2.416.519	2.076.352
Patrimônio de referência nível II	-	361.397
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.416.519	2.437.749
Patrimônio de referência	2.416.519	2.437.749
- Risco de crédito	16.337.460	15.313.026
- Risco de mercado	3.799	116.786
- Risco operacional	2.298.576	2.377.962
Ativo ponderado pelo risco – RWA	18.639.835	17.807.774
Índice de Basileia	12,96%	13,69%
Nível I	12,96%	11,66%
Nível II	-	2,03%

• Risco de Crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Instituição.

• Risco de Mercado

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade:

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(235)	(40.838)	(75.931)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(176)	(10.043)	(18.878)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(4)	(887)	(1.292)
Moeda estrangeira	Taxas de câmbio	(13)	(323)	(646)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	(1)	(141)	(280)
Total em 30/06/2019		(429)	(52.232)	(97.027)
Total em 30/06/2018		(1.304)	(249.219)	(482.503)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de março de 2019, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Exposição Cambial

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 30/06/2019 e 30/06/2018.

Ativos – Dólar	30/06/2019	30/06/2018
Operações de crédito (ACC/CCE)	39.684	99.962
Total	39.684	99.962

Passivos – Dólar	30/06/2019	30/06/2018
Dívida subordinada	1.806.841	1.806.986
Total	1.806.841	1.806.986

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 30/06/2019 e 30/06/2018, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Posição comprada - Dólar				
Swap	1.139.259	1.111.559	1.884.545	1.959.040
DDI	76.968	74.975	76.968	74.975
DOL	-	34.964	-	34.964
Opções	-	431	-	431
Total	1.216.227	1.221.929	1.961.513	2.069.410
Posição Vendida - Dólar				
Swap	-	25.568	-	25.505
DDI	76.968	112.541	76.968	112.541
DOL	28.859	62.158	28.859	62.158
Opções	-	155	-	155
Total	105.827	200.422	105.827	200.359

• Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

• Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela Administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

• Valor de Mercado

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

	30/06/2019			30/06/2018		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	1.357.923	1.382.010	24.087	1.396.249	1.405.977	9.728
- Títulos para negociação	53.426	53.426	-	26.568	26.568	-
- Títulos disponíveis para venda	676.729	676.729	-	915.147	915.147	-
- Títulos mantidos até o vencimento	627.768	651.855	24.087	454.534	464.262	9.728
Operações de crédito	22.435.293	20.563.453	(1.871.840)	19.143.743	18.434.775	(708.968)
Depósitos interfinanceiros	6.610.027	6.634.121	(24.094)	8.162.977	8.224.680	(61.703)
Depósitos a prazo	11.949.263	13.609.083	(1.659.820)	7.110.364	8.463.449	(1.353.085)
Recursos de emissão de títulos	1.875.991	1.902.627	(26.636)	1.455.558	1.459.000	(3.442)
Dívidas subordinadas	1.815.815	1.817.023	(1.208)	1.985.355	1.991.174	(5.819)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			(3.559.511)			(2.123.291)

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e valores mobiliários, Dívidas subordinadas, Instrumentos financeiros derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;
- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço; e
- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

30) Benefícios a Empregados

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN e suas controladas oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no semestre findo em 30/06/2019 representava R\$ 34.244 (R\$ 30.132 em 30/06/2018).

31) Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	30/06/2019	30/06/2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	283.933	208.655
Alíquota efetiva (1) / (2)	-	-
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(106.956)	(85.503)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controladas	-	-
Outros valores	36.837	(24.388)
Resultado de Imposto de renda e contribuição social	(70.119)	(109.891)

(1) Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras à alíquota de 15%, para as demais empresas alíquota de 9%; e
(2) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança foi válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% a partir de 2019.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	926.931	251.226	(276.391)	901.766
Provisão para contingências cíveis	115.667	36.163	(23.177)	128.653
Provisão para contingências trabalhistas	112.807	12.620	(38.575)	86.852
Provisão para contingências tributárias	10.935	9.096	(493)	19.538
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	18.195	1.072	(2.627)	16.640
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	29.874	37.444	(67.318)	-
Outras provisões	241.607	122.079	(44.830)	318.856
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.456.016	469.700	(453.411)	1.472.305
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.450.204	-	(17.762)	1.432.442
Total dos créditos tributários (Nota 11)	2.906.220	469.700	(471.173)	2.904.747
Obrigações fiscais diferidas (Nota 31.e)	(82.401)	(26.756)	53	(109.104)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.823.819	442.944	(471.120)	2.795.643

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 30/06/2019, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 29/07/2019.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.]

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

Consolidado	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
2018	-	353.433	-	677	-	354.110
2019	458.305	532.380	17.346	4.584	475.651	536.964
2020	590.767	389.267	58.553	17.318	649.320	406.585
2021	259.898	230.697	77.196	50.237	337.094	280.934
2022	22.979	6.976	130.338	121.049	153.317	128.025
2023	22.058	10.671	161.073	182.233	183.131	192.904
2024	38.273	15.191	167.461	204.259	205.734	219.450
2025	10.210	8.749	189.565	237.650	199.775	246.399
2026	16.950	5.114	187.438	294.743	204.388	299.857
2027	4.914	12.335	215.994	300.982	220.908	313.317
2028	47.951	-	185.706	-	233.657	-
2029	-	-	2.812	-	2.812	-
Total	1.472.305	1.564.813	1.393.482	1.413.732	2.865.787	2.978.545

Em 30/06/2019, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação totalizava R\$ 2.025.315 (R\$ 1.808.365 em 30/06/2018).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.960 (R\$ 38.980 em 30/06/2018), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 30/06/2019, o Banco PAN e suas controladas possuíam prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 230.396, sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 92.158 em 30/06/2019 e 30/06/2018 em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2019
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e outros	(4.112)	(26.756)	-	(30.868)
Superveniência de depreciação	(78.289)	-	53	(78.236)
Total (Nota 20.a – 31.b)	(82.401)	(26.756)	53	(109.104)

32) Outras Informações

- a) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 304.587 em 30/06/2019 (R\$ 286.407 em 30/06/2018);
- b) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- c) Em 30/06/2019 e 30/06/2018, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- d) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- e) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/14, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº. 9.430/96). Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente.
- f) Em 13/03/2019 o acionista CAIXAPAR notificou o exercício do direito de aquisição de 50% das ações subscritas e integralizadas pelo acionista co-controlador BTG Pactual no âmbito do Aumento de Capital, aprovado pelo Conselho de Administração em 06/11/2017 no montante de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões, um real e quatro centavos), de forma que, após as competentes aprovações, a composição do capital total da Companhia passará a ser de: (i) 41,7% para a CAIXAPAR; (ii) 41,7% para o BTG Pactual e (iii) 16,6% para os acionistas minoritários.



Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao semestre findo em 30/06/2019.



Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao semestre findo em 30/06/2019.



São Paulo, 26 de agosto de 2019.

A DIRETORIA

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2
CONTADOR

Banco Pan S.A. e controladas

***Demonstrações contábeis consolidadas do
conglomerado prudencial em
30 de junho de 2019
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Aos administradores e Acionistas
Banco Pan S.A. e controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Pan S.A. e controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido do controlador e dos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na Nota 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do conglomerado prudencial do Banco Pan S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Pan S.A. e controladas

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2, que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota 31b, existem em 30 de junho de 2019 créditos tributários registrados no ativo, no valor de R\$ 2,9 bilhões no Banco Pan S.A. e controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários. Essa projeção de realização dos créditos tributários foi revisada pela administração do Banco com base em estudo do cenário atual e futuro e aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de julho de 2019, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 29 de julho de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 e 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das



Banco Pan S.A. e controladas

demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial



Banco Pan S.A. e controladas

representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 22 de agosto de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6